

Neoliberalismo: Uma análise marxista

Neoliberalism: A Marxist Analysis

Alfredo Saad Filho*

Resumo

Este artigo examina criticamente a literatura marxista sobre o neoliberalismo. Ele descreve as quatro principais interpretações do neoliberalismo a partir de uma perspectiva marxista e analisa os pontos fortes e limitações de cada uma delas. Estes incluem as abordagens do neoliberalismo como sendo, principalmente, um conjunto de ideias; um conjunto de políticas, instituições e práticas; um momento da luta de classes, e um sistema de acumulação. Ao examinar essas interpretações do neoliberalismo, o artigo destaca a vitalidade dos aportes marxistas para as ciências sociais, e pondera como eles podem contribuir para as lutas sociais a fim de superar o neoliberalismo como o atual modo de existência do capitalismo.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Financeirização, Globalização.

Abstract

This article surveys and reviews the Marxist literature on neoliberalism. It outlines the four main interpretations of neoliberalism from a marxist perspective and examines their strengths and limitations in each case. These include the views that neoliberalism is primarily a set of ideas; a set of policies, institutions and practices; a moment in the class struggle; and a system of accumulation. In doing this, the article highlights the vitality of the Marxists contributions to the social sciences, and how they can support to the social struggles to overcome neoliberalism as the current mode of existence of capitalism.

Keywords: Neoliberalism, Financialisation, Globalisation.

* Professor do Department of Development Studies, SOAS, University of London. as59@soas.ac.uk

O neoliberalismo (também escrito como neo-liberalismo) desafia uma definição simples. Na literatura marxista, ele tem sido entendido de quatro maneiras distintas, porém intimamente relacionadas: como um conjunto de *ideias* inspiradas nas escolas econômicas austríaca e de Chicago e no ordoliberalismo alemão, e elaboradas sob a égide da Sociedade do Mont Pèlerin; como um conjunto de *políticas, práticas e instituições* inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma *ofensiva de classe* liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma *estrutura material de reprodução econômica, social e política*, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação.

Essas distintas formas de conceptualizar o neoliberalismo são sintomáticas das diferenças de metodologia e de pontos de vista no marxismo contemporâneo, das relações íntimas entre o marxismo e as abordagens não-marxistas nas ciências sociais, e da complexidade do próprio neoliberalismo. Do ponto de vista marxista, essas tensões analíticas são sentidas em três níveis interligados.

Em primeiro lugar, todas as experiências neoliberais compartilham traços importantes. Alguns são relativamente abstratos e universais, como o poder crescente das finanças e as limitações cumulativas da democracia política, enquanto outros são relativamente concretos e específicos a cada país, como as privatizações e a disseminação de organizações não-governamentais em áreas que, anteriormente, pertenciam ao domínio do Estado. Embora essas características comuns impliquem que o neoliberalismo não possa ser adequadamente descrito na esfera meramente conjuntural, elas não são suficientemente gerais ou historicamente distintivas para definir um novo modo de produção. Inevitavelmente, portanto, análises do neoliberalismo perpassam distintos níveis de abstração dentro do capitalismo, incluindo (algum tipo de compreensão de) conceitos básicos da teoria marxista como a mercadoria, o valor e a força de trabalho, até a descrição da conjuntura, passando por entendimentos específicos da exploração, das classes, da concorrência, da formação dos preços, do Estado e do gerenciamento da acumulação, e do comércio internacional.

Em segundo lugar, as análises marxistas são sistêmicas por definição. Elas buscam incorporar, entre outros, os aspectos econômicos, sociológicos, institucionais, políticos, jurídicos, culturais e ideológicos do neoliberalismo. Isso, necessariamente, inclui como, por que e em que medida as “reformas” neoliberais transformaram as estruturas da reprodução econômica e social após a desarticulação do compacto keynesiano-social democrático no âmbito das principais economias capitalistas, a paralisia do desenvolvimentismo, a implosão do bloco soviético, as transformações aceleradas na China e as crises na periferia europeia. Esta abordagem interdisciplinar e historicamente fundamentada é incompatível com as fronteiras que dividem as ciências sociais. No entanto, a influência dessas

divisões continua existindo por trás da análise, o que contribui para conceptualizações bastante distintas das características do neoliberalismo, da articulação entre elas, e as suas relações de determinação mesmo dentro do marxismo. Isso implica que análises marxistas podem chegar, mais ou menos legitimamente, a conclusões bastante distintas sobre a vitalidade do capitalismo contemporâneo, a sua vulnerabilidade às crises, o espaço para a política eleitoral, a viabilidade de alternativas radicais, e assim por diante.

Em terceiro lugar, enquanto a representação esquemática das ideias que sustentam o neoliberalismo pode plausivelmente evitar o domínio “internacional”, as experiências neoliberais são completamente inseparáveis de processos globais de complexidade similar, especialmente o imperialismo e a globalização. Também por esse ângulo o neoliberalismo não pode ser encapsulado em uma frase de efeito: ele não pode nem ser definido de maneira puramente conceptual, nem capturado indutivamente através da simples descrição de experiências históricas.

A identificação destas dificuldades analíticas pode ajudar a contextualizar as quatro interpretações marxistas do neoliberalismo identificadas acima. Ela também pode apoiar a conclusão de que abordagens marxistas tendem a ser superiores frente a explicações rivais do neoliberalismo. Enquanto as primeiras são sistêmicas, baseadas na análise de classe, e fundamentadas numa grande teoria (no sentido de Mills, 1959), as interpretações rivais tendem a ser “*middle range*” ou largamente descritivas, assistemáticas e – por vezes, apesar das aparências em contrário, como no caso de várias interpretações keynesianas – metodologicamente individualistas.

As ideias neoliberais

Como um sistema de ideias, o neoliberalismo se fundamenta em contribuições oriundas de um amplo espectro de escritores com talentos diversos, frequentemente inconsistentes e, por vezes, demonstrando uma rabugice absolutamente espetacular. Esse grupo de autores inclui Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Wilhelm Röpke, Ludwig Erhard, Milton Friedman, James Buchanan, Gary Becker e Ayn Rand (Burgin, 2012; Cahill, 2014; Dardot & Laval, 2013; Mirowski & Plehwe, 2009; Stedman Jones, 2012).

Eles argumentam, de formas profundamente dissimilares, que indivíduos diferentemente dotados trocando bens, serviços e (em alguns casos) informações em mercados minimamente regulamentados podem alocar recursos de forma mais eficiente do que processos democráticos ou a orientação Estatal. Seus argumentos buscam legitimar versões extremas do livre-mercado no capitalismo, e eles tendem a promover, de forma mais ou menos aberta ou direta, os interesses geopolíticos dos EUA. Não causa surpresa notar que esses trabalhos foram geral-

mente muito bem recebidos por interesses poderosos. Muitos colaboradores da literatura neoliberal receberam significativo apoio econômico, político e institucional de fontes privadas e públicas, o que, sem dúvida, ampliou a visibilidade e o impacto político das suas intervenções (Birch & Mykhnenko, 2010).

Este ambiente propício alimentou vários tipos de crítica ao socialismo de estilo soviético, ao keynesianismo, ao desenvolvimentismo e aos “excessos de democracia” desde meados do século 20. Essas críticas foram coordenadas de maneira superficial através da Sociedade do Mont Pèlerin e da extensa rede de instituições acadêmicas, grupos de pressão e falsas “associações locais” e “independentes” estabelecidas pelo *lobby* neoliberal (Mirowski, 2009). Algumas dessas abordagens foram precariamente articuladas com o corpo da teoria econômica neoclássica nos 1950s-60s através do monetarismo. Após a desintegração deste último na década de 1980, elas foram atadas, de maneira por vezes inconsistente, a versões mais ou menos sofisticadas da “economia pelo lado da oferta”, da economia novo-clássica, do novo keynesianismo e do novo institucionalismo (Fine, Lapavitsas & Pincus, 2001; Fine & Milonakis, 2009; Milonakis & Fine, 2009). No final dos anos 1990, ideias semelhantes foram recicladas em traje socialdemocrata através da chamada “Terceira Via”, que foi descrita na literatura marxista como o “neoliberalismo com rosto humano”.

Uma análise mais atenta revela tensões consideráveis entre as teorias que sustentam o neoliberalismo. Por exemplo, enquanto a escola austríaca enfatiza a subjetividade criativa e transformadora do indivíduo e o surgimento espontâneo de uma ordem cada vez mais eficiente (e superando as capacidades individuais) através de processos de mercado, a economia neoclássica enfoca as propriedades de eficiência de um equilíbrio estático alcançado inteiramente no domínio lógico com base em preferências, recursos e tecnologias constantes. Nenhuma delas captura a economia política e a filosofia moral associadas com Adam Smith, apesar de seu apelo repetitivo a diferentes interpretações da “mão invisível” (Fine & Saad Filho, 2014). Por sua vez, as inconsistências do monetarismo foram demonstradas à exaustão por economistas marxistas e por seus colegas heterodoxos antes mesmo da primeira geração de *policy makers* neoliberais finalmente ter que admitir a sua incapacidade de identificar ou controlar a oferta de moeda, atingir a estabilidade macroeconômica ou gerir o crescimento econômico durante a década de 1980. Por fim, a Terceira Via se fundava no abandono deliberado da integridade intelectual, e ela se dissolveu na irrelevância mais rápida do que se poderia soletrar a palavra “triangulação” (um símbolo de conveniência política tornado temporariamente famoso pelo presidente dos EUA Bill Clinton e pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair) (Callinicos, 2001).

As inconsistências teóricas e as insuficiências políticas associadas com o neoliberalismo teriam condenado rapidamente heterodoxias rivais ao mais absoluto esquecimento. Apesar disso, a literatura neoliberal se expandiu continua-

mente a partir de sua base principal na economia para reivindicar a hegemonia em um número crescente de ciências sociais vizinhas (sociologia, ciências políticas, administração, história, e assim por diante). Essa literatura também gerou uma compreensão populista de “competitividade” e “democracia” que foi usada repetidamente, ainda que de forma incoerente, para validar reformas selecionadas de política econômica e a repressão contra a oposição. Nesse discurso, a concorrência é apresentada no sentido meramente curto-prazista (baseado na tradição de Chicago) e associada com o funcionamento dos mercados financeiros (pretensamente o equivalente mais próximo à “concorrência perfeita” no mundo real), enquanto a democracia se circunscreveu à concepção (hayekiana) da concorrência entre matizes do neoliberalismo nos mercados políticos.

A importância dessas ideias para legitimar o *status quo* e as reformas de política econômica estimulou o surgimento de uma concepção idealista do neoliberalismo dentro e fora do marxismo, na qual a organização social deriva – em última instância – de ideologias pré-existentes, e onde a transformação social e econômica deve ser precedida por mudanças ideacionais (Cahill, 2013).

Mudanças políticas e transformações institucionais

Estudos marxistas mostraram que as políticas neoliberais implementadas através do reaganismo, do thatcherismo e do (pós-)Consenso de Washington são, em grande medida, inspiradas pela Escola de Chicago. Elas se apoiam em cinco plataformas ontológicas (Saad Filho & Johnston, 2005).

Em primeiro lugar, a dicotomia entre o Estado e os mercados, o que implica que estes são instituições rivais e mutuamente exclusivas (é importante notar que essa dicotomia é rejeitada pelo ordoliberalismo). Em segundo lugar, a suposição de que os mercados são eficientes, enquanto a intervenção estatal necessariamente cria desperdícios porque ela distorce os preços e a alocação de recursos, induz o comportamento rentista e promove o atraso tecnológico. Em terceiro lugar, a crença de que o progresso técnico, a liberalização das finanças e dos movimentos de capital, a busca sistemática de “valorização” para os acionistas e as sucessivas transições ao neoliberalismo criaram uma economia mundial caracterizada pela rápida mobilidade do capital dentro de cada país e entre os países, e por um processo mal definido de “globalização”. Onde eles são acolhidos, o crescimento econômico necessariamente segue, e se acelera, através da prosperidade das empresas locais e da atração de capital estrangeiro. Em contraste, a relutância ou a “excessiva” intervenção econômica estatal (como quer que ela seja definida) afugenta o capital, os empregos e o crescimento econômico para outras paragens (Kiely, 2005). Em quarto lugar, a presunção de que eficiência alocativa, a estabilidade macroeconômica e o crescimento do produto estão condicionados à inflação baixa, o que é garantido principalmente pela política monetária à

custa das políticas fiscais, cambiais e industriais. Em quinto lugar, a percepção de que a operação das principais políticas macroeconômicas neoliberais, incluindo a “liberalização” do comércio, dos mercados financeiros e de trabalho, as metas de inflação, a independência do Banco Central, o câmbio flutuante e as regras orçamentais restritivas, está condicionada à oferta de garantias estatais potencialmente ilimitadas para o sistema financeiro, uma vez que este é estruturalmente incapaz de se sustentar apesar de seu controle cada vez mais extenso sobre os recursos da sociedade.

Análises marxistas também têm demonstrado que as reformas neoliberais são geralmente implementadas através de um processo com dois estágios (Fine & Saad Filho, 2014). A primeira fase (de transição ou de choque) do neoliberalismo requer a forte intervenção do Estado para conter os trabalhadores e a esquerda organizada, promover a integração transnacional do capital nacional e impor o novo quadro institucional. A segunda fase (do neoliberalismo maduro) se concentra na estabilização das relações sociais impostas no período anterior, na consolidação do controle do setor financeiro sobre a alocação de recursos, no gerenciamento pelo Estado da nova modalidade de integração internacional da produção, e na introdução de políticas sociais especificamente neoliberais tanto para gerenciar as privações criadas pelo neoliberalismo, como para reconstituir os sujeitos sociais em linhas neoliberais.

Nesse contexto fica claro que, sob o neoliberalismo, a tarefa principal das autoridades econômicas não é estabilizar acumulação e arbitrar as rivalidades entre as frações do capital e as disputas entre elas e outros setores da sociedade, como foi frequentemente o caso nos sistemas de acumulação anteriores. Ao invés disso, a tarefa principal das autoridades, hoje em dia, é assegurar que os sinais emitidos pelos mercados financeiros, enquanto modo de existência do capital em geral, sejam lidos pelos capitais individuais, pelos trabalhadores e pelas instituições estatais com mínima distorção (ver abaixo).

As críticas marxistas dessas políticas e de seu quadro institucional têm iluminado as características fundamentais e o impacto da transição neoliberal em vários países. Isso é importante; entretanto, o neoliberalismo não pode ser reduzido a um conjunto de políticas, o que poderia sugerir que uma multiplicidade de iniciativas políticas discretas poderia ser suficiente para reverter ou transcender o próprio neoliberalismo. Mudanças de política são certamente essenciais, mas o seu alcance pode ser questionado à luz dos meios políticos disponíveis para a esquerda, a força das coalizões comprometidas com tais mudanças, e a possibilidade de conduzir as reformas necessárias, dada a transformação neoliberal do Estado nas últimas décadas. Nada disso pode ser avaliado adequadamente sem um entendimento prévio das características sistêmicas do neoliberalismo e das transformações que ele impôs nas relações de classe, nas instituições, e nos processos de reprodução econômica e social.

As classes e a luta de classes

O marxismo está intimamente comprometido com a análise de classe através de sua estrutura lógica, desenvolvimento histórico e compromisso com a abolição do capitalismo por meio de revoluções comunistas lideradas pela classe trabalhadora. A análise de classes informa as interpretações marxistas do neoliberalismo de duas maneiras.

Por um lado, os estudos marxistas do neoliberalismo são abertamente orientados por uma perspectiva de classe. Isso explica o seu interesse nas modalidades de exploração emergentes através da financeirização, da globalização e das reformas neoliberais, incluindo a “flexibilização” e a intensificação do trabalho, a limitação do crescimento dos salários, a reversão das negociações coletivas e as mudanças no regime de seguridade social, e como esses processos afetaram os trabalhadores, as mulheres, as minorias, os imigrantes, e assim por diante. Análises marxistas e afins também examinaram em detalhe o impacto das privatizações e da apropriação dos “commons” (ou seja, áreas onde os direitos de propriedade estavam ausentes ou eram vertidos no Estado) (Harvey, 2005), e as consequências adversas da financeirização da reprodução social sobre a classe trabalhadora (Krippner, 2011; Montgomerie, 2009). As análises marxistas também iluminaram as implicações desestabilizadoras do neoliberalismo e sua propensão a gerar crises macroeconômicas que penalizam de maneira desproporcional a classe trabalhadora e os pobres (Duménil & Lévy, 2011; McNally, 2014).

Por outro lado, a economia política marxista informa diretamente o ativismo político ao revelar as limitações e as contradições do neoliberalismo, e ao sugerir como as ações de massa podem perturbar a reprodução das sociedades neoliberais. Ao fazer isso, o marxismo apoia a construção de um futuro alternativo em que a grande maioria possa realizar o seu potencial, para além das restrições sistêmicas impostas pela forma atual do capitalismo.

Em ambos os casos, as abordagens marxistas mostram que a análise do neoliberalismo e das condições para a sua transcendência requer a consideração das relações de poder que estão incorporadas na estrutura da sociedade, no Estado, na produção, na tecnologia, no comércio e nas finanças. Isso tudo é correto. No entanto, se forem levadas ao extremo, essas abordagens poderiam sugerir que o neoliberalismo é essencialmente uma “conspiração capitalista” contra os trabalhadores, o que implicaria não haver nada sistêmico ou historicamente específico nele (afinal, o capitalismo sempre envolveu conspirações do Estado e dos privilegiados contra os trabalhadores e os pobres). Alternativamente, elas também poderiam ser lidas como sugerindo que “as coisas eram bem melhores” nos sistemas de acumulação anteriores (keynesiano, desenvolvimentista, e assim por diante) e, portanto, que esses sistemas de acumulação deveriam – ao menos em princípio – ser restaurados.

Estas conclusões seriam ilegítimas. Em primeiro lugar, a literatura marxista

demonstra que as características principais do neoliberalismo são articuladas sistemicamente; elas não foram projetadas de forma arbitrária em partidos direitistas, consultorias oportunistas ou clubes mais ou menos secretos (Mont Pèlerin, Bilderberg, Davos, e assim por diante), e elas não podem ser revertidas uma a uma. Em segundo lugar, mesmo que a superioridade de sistemas de acumulação anteriores em termos de crescimento, emprego ou distribuição pudesse ser demonstrada, isso não implica que eles poderiam ser ressuscitados. Afinal, seu declínio se deveu a razões materiais e não meramente ideais; além disso, se eles fossem tão obviamente superiores para o capital, os capitalistas – atualmente usufruindo um poder muito maior do que antes – já teriam solicitado a reversão da história. Por fim, e mais interessante do ponto de vista marxista, não há nenhuma razão para que as aspirações da classe trabalhadora devam ser circunscritas por aqueles sistemas de acumulação.

O neoliberalismo, a financeirização e a globalização

A maioria das análises marxistas insiste que a financeirização é a característica que define a acumulação sob o neoliberalismo, e que ela tem impulsionado a reestruturação da economia global desde a década de 1970. A financeirização tem sido descrita de maneiras diferentes, mas em essência ela expressa o controle do capital portador de juros (CPJ) sobre a alocação de recursos sociais e a reprodução social de maneira mais geral, através de distintas formas de capital fictício (Fine, 2014). Esses processos têm sido reforçados por extensas transformações institucionais que expandiram e intensificaram a influência das finanças sobre a economia, a ideologia, o Estado e o processo político (Duménil & Lévy, 2004; Panitch & Gindin, 2012).

A proeminência das finanças no neoliberalismo não pode ser atribuída a uma “distorção” do capitalismo (concorrencial, keynesiano ou industrial) pré-existente, ou a um “golpe” do setor financeiro contra o capital produtivo, como se as finanças fossem um setor independente que, no final dos anos 1970, conseguiu se colocar em uma posição dominante sobre capitais que ela necessita imperativamente, em última análise, parasitar. Pois as finanças não são apenas o conjunto de capital líquido controlado pelas instituições financeiras, colocado em oposição ao capital (produtivo) “real” metaforicamente colado ao chão.

Nas economias neoliberais transnacionalmente integradas, as finanças controlam a alocação de recursos, incluindo o volume e a composição do produto e do investimento, a estrutura da demanda, o nível e a estrutura do emprego, o financiamento do Estado, a taxa de câmbio e o padrão de especialização internacional, e elas reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos. Como tal, *as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo*

neoliberal. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo, que se expressa e – ao mesmo tempo – se impõe através do funcionamento regular das instituições financeiras e dos mercados e regulamentações anexas a elas.

Em termos políticos, a proeminência das finanças implica que a acumulação não é regulada por coligações setoriais contingentes, mas pela *classe capitalista*. Isso também implica que não há “antagonismo” entre produção e finanças sob o neoliberalismo, e não deve haver nenhuma expectativa de que o capital industrial poderá se “rebelar” contra as finanças em favor da restauração dos sistemas de acumulação anteriores. O capital industrial tornou-se estruturalmente embutido no CPJ, e ele apenas se reproduz segundo a lógica financeira do sistema de acumulação (Rude, 2005; Saad Filho, 2008, 2011).

A posição estrutural das finanças sob o neoliberalismo apoiou o surgimento de toda uma gama de instrumentos de capital fictício, a expansão de atividades puramente especulativas e o crescimento explosivo das recompensas para os capitalistas e os gerentes de alto escalão em todos os setores, especialmente no próprio setor financeiro, sustentadas por um aumento significativo da taxa de exploração. A financeirização também impulsionou a reestruturação da produção através da transnacionalização dos circuitos da acumulação, no processo que é comumente chamado de “globalização”.

Estes desenvolvimentos recompuseram os sistemas de provisão “nacionais” anteriores em um nível mais alto de produtividade no âmbito das firmas, criaram novas cadeias produtivas globais conectadas através de padrões transnacionais de propriedade, financiamento, emprego e distribuição do produto, reformularam a integração da economia mundial na esfera dos Estados nacionais, e facilitaram a introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, ao mesmo tempo em que contribuíram para a compressão dos salários reais. Por fim, a financeirização também apoiou a reconstituição do imperialismo norte-americano na esteira do colapso do sistema de Bretton Woods, da derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e da revolução iraniana (Gowan, 1999; Kotz, 2015). Em resumo, a globalização é geralmente apresentada como um processo benevolente de aumento da concorrência, das trocas e da democracia, levando à elevação contínua dos níveis de bem-estar ao redor do mundo. Na realidade, porém, a globalização é a forma do imperialismo e da reprodução global do capital na época neoliberal.

Enquanto a financeirização expressa o controle do CPJ sobre as principais fontes de capital e as alavancas de política econômica na maioria dos países, a globalização reflete a centralização dessas alavancas em instituições financeiras baseadas nos EUA e sua regulação por organizações internacionais, públicas, privadas e multilaterais, controladas a partir dos EUA. Essas relações de determinação mútua estabeleceram a base material do neoliberalismo (Albo, 2008; Saad Filho & Johnston, 2005).

Como resultado dessa forma de reestruturação da acumulação, o poder das corporações aumentou em quase toda parte, um sistema financeiro globalizado adquiriu influência política ímpar, o espectro político se deslocou para a direita, a social democracia implodiu, os partidos de esquerda e as organizações de massa declinaram, e os sindicatos foram amordaçados ou mutilados por mudanças legais, comportamentais e padrões de emprego. O neoliberalismo também criou uma dinâmica concentradora da acumulação que pode ser limitada, mas não revertida, por intervenções (keynesianas) marginais.

As estruturas da acumulação descritas acima implicam que o neoliberalismo não pode ser adequadamente descrito simplesmente como representando a “retirada” do Estado ou a “expansão” dos mercados em geral ou dos mercados financeiros em particular. O neoliberalismo baseia-se no poder do Estado para impor a hegemonia da finança globalizada em cada área da vida social, em particular a própria produção, sob o véu ideológico da não-intervenção; e ele exige que cada Estado nacional dirija, apoie e gerencie a internacionalização da produção e das finanças em seu território. A forma de reprodução social que se segue é tipicamente *neoliberal* – ela é a forma historicamente específica de existência do capitalismo contemporâneo, ou o sistema de acumulação dominante. Ele engloba as formas atualmente normativas de produção e emprego, das trocas internacionais, do Estado, da ideologia e do modo de reprodução da classe trabalhadora.

Por outro lado, o neoliberalismo redefiniu a relação entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos, incentivando os últimos a dar a suas vidas uma forma empreendedora e subordinando o intercâmbio social a critérios econômicos. A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerir que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercurso social.

Contradições e limites

A ideologia neoliberal é fragmentada demais para oferecer uma representação coerente da sociedade. Ao invés disso, ela fornece um discurso populista baseado em noções pouco definidas de “liberdade individual”, “concorrência” e “democracia”, que justificam um conjunto de políticas estatais frouxamente articuladas, mas que favorecem sistematicamente o capital em geral e as finanças em particular. Essas características dão ao neoliberalismo uma aparência de propósito no campo das ideias e uma considerável resiliência na prática. Essas políticas não podem ser contestadas facilmente, pois a reestruturação neoliberal da economia e da sociedade anulou as estruturas anteriores de representação polí-

tica e reduziu drasticamente o espaço para os debates sobre a política econômica e social.

Apesar destes pontos fortes, o neoliberalismo é estruturalmente limitado por cinco contradições identificadas por diferentes vertentes da literatura marxista.

Em primeiro lugar, a reestruturação neoliberal da produção introduz políticas que se apoiam mutuamente e que desmantelam cumulativamente os sistemas de produção estabelecidos anteriormente (e que são definidos, muitas vezes *ex post*, como sendo “ineficientes”). Elas também reduzem o grau de coordenação da atividade econômica, criam padrões de emprego e salário socialmente indesejáveis, alimentam a concentração de renda e riqueza, impedem a utilização de instrumentos de política industrial para a implementação das prioridades sociais, e tornam o balanço de pagamentos estruturalmente dependente dos fluxos internacionais de capital. Ao fazer isso, e apesar do seu discurso ideológico contrário, o neoliberalismo alimenta padrões insustentáveis de produção, emprego, distribuição, consumo, finanças públicas e integração global, e aumenta a incerteza econômica, a volatilidade e a vulnerabilidade às crises (financeiras).

Em segundo lugar, o controle financeiro sobre os recursos econômicos e as principais fontes de capital permite às finanças drenar capitais da produção; ao mesmo tempo, o neoliberalismo favorece sistematicamente os grandes capitais em detrimento dos pequenos capitais e dos trabalhadores, desmentindo sua retórica de promover a igualdade de condições e a concorrência. Como resultado, a acumulação nas economias neoliberais tende a assumir a forma de bolhas sucessivas que eventualmente entram em colapso com implicações destrutivas e que exigem resgates espantosamente caros e inevitavelmente patrocinados pelo Estado. Estes ciclos incluem a crise internacional da dívida no início dos anos 1980, a crise das associações de poupança e empréstimo americanas na década de 1980, os colapsos no mercado de ações nos anos 1980 e 1990, a crise japonesa que se arrasta desde o final dos anos 1980, as crises em vários países de renda média no final do século 20, e as bolhas *ponto com*, financeira e imobiliária da década de 2000, culminando com a crise mundial iniciada em 2007.

A recorrência dessas crises sugeriu a analistas reformistas que a instabilidade macroeconômica e as frequentes crises financeiras e do balanço de pagamentos demonstram que o neoliberalismo é fundamentalmente falho. Isso está correto exatamente no mesmo sentido em que, no abstrato, as crises econômicas mostram que o capitalismo é um modo de produção contraditório. No entanto, assim como as crises oferecem a oportunidade de restaurar o equilíbrio da acumulação na sociedade capitalista, as crises desempenham um papel construtivo – e até mesmo *constitutivo* – no neoliberalismo. Elas justificam a transição neoliberal, reforçam a disciplina de política econômica sobre os governos, e obrigam os capitalistas, os trabalhadores e o próprio setor financeiro a se comportarem de maneira condizente com a reprodução intensificada do neoliberalismo. Perver-

samente, as crises econômicas e financeiras resolvem desajustes de várias ordens e sintonizam o funcionamento do sistema econômico. Por fim, é amplamente sabido que a maioria dos governos prometendo introduzir políticas alternativas ao neoliberalismo tem tido sucesso limitado. Esta regularidade demonstra que transcender o neoliberalismo é difícil e caro. Num nível mais profundo, ela mostra que distanciar-se do neoliberalismo não é principalmente um problema subjetivo de selecionar políticas industriais, financeiras ou monetárias “corretas”.

Em terceiro lugar, as políticas neoliberais são justificadas ideologicamente pelos imperativos da “confiança dos mercados” e da “competitividade”. Isso é enganoso, porque a confiança é intangível, autorreferencial e volátil, levando seus advogados a sistematicamente superestimarem o investimento que seguirá a implementação de políticas supostamente gozando da “confiança” do *lobby* neoliberal. Por outro lado, a busca da competitividade equivale à autoimposição dos imperativos do capital (trabalho duro, cumplicidade, baixos salários, e assim por diante), geralmente para gerar lucros para outrem.

Em quarto lugar, as políticas neoliberais não se autocorrigem. Em vez de levar a uma mudança de rumo, a impossibilidade de implementação ou a incapacidade de alcançar os objetivos declarados normalmente leva ao aprofundamento e alargamento das “reformas”, com a desculpa de garantir a implementação e a promessa de sucesso iminente desta vez.

Em quinto lugar, o neoliberalismo é incompatível com a democracia econômica e ele esvazia a democracia política. A hegemonia política neoliberal bloqueia a expressão política mesmo das dissidências mais moderadas e, inevitavelmente, alimenta a apatia, o populismo e a extrema-direita, apesar de suas implicações potencialmente desestabilizadoras para o próprio neoliberalismo (Ayers & Saad Filho, 2013).

As fragilidades econômicas do neoliberalismo, a esclerose das instituições políticas que regulam o seu metabolismo e a corrosão cumulativa das suas bases ideológicas tornam este sistema de acumulação vulnerável a desafios políticos. Isto não implica que as estratégias eleitorais são suficientes, ou que mudanças nas políticas sociais, industriais, financeiras ou monetárias podem satisfazer às expectativas radicais. Muito pelo contrário: o neoliberalismo tem repetidamente demonstrado sua capacidade de resistência. Mas a demanda pela *expansão e radicalização da democracia política e econômica* pode integrar diferentes lutas e apoiar o surgimento de alternativas sistêmicas, potencialmente desestabilizando o neoliberalismo.

Ao sugerir este curso de ação, a análise social deve, em primeiro lugar, reconhecer que cada época histórica e cada sistema de acumulação comportam uma configuração específica de classes e outras relações sociais que correspondem a modos definidos de representação política e formas particulares de luta. Em segundo lugar, o socialismo não está na ordem do dia e, enquanto a esquerda deva

reiterar a sua relevância, esta aspiração não deve obscurecer as mobilizações de massa que podem ter lugar hoje. Em terceiro lugar, a consolidação de novos movimentos de massa exige uma renovação do senso de coletividade que foi sistematicamente desmantelado pelo neoliberalismo. Anteriormente, a coletividade se valia de uma cultura compartilhada da classe trabalhadora que se expressava politicamente através de sindicatos e associações locais, partidos de esquerda, campanhas nacionalistas e, em alguns casos, movimentos populistas. Estes foram largamente contidos. Novas formas de organização terão de ser tentadas, até que algumas delas demonstrem ter tração e conduzam a sucessos consistentes.

Em longo prazo, a transcendência do neoliberalismo envolverá mudanças econômicas e políticas envolvendo a construção de um sistema de acumulação alternativo. Este projeto exigirá o desmonte sistemático da base material do neoliberalismo através de um conjunto de políticas econômicas radicalmente democráticas e redistributivas. Estas políticas devem apoiar uma transição rumo a distribuições menos desiguais da renda, da riqueza e do poder, como condições fundamentais para a democracia. Estas medidas de política não podem simplesmente ser confiadas a iniciativas de governo. Elas devem ser conduzidas por uma classe trabalhadora politicamente rearticulada, como uma das principais alavancas para a sua própria recomposição econômica e social.

Referências

- ALBO, G. Neoliberalism and the Discontented, In: PANITCH, L. Panitch & LEYS, C. (eds.). *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2008
- AYERS, A. & SAAD Filho, A. Democracy Against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence In: *Critical Sociology*, 2013, acesso *online first*.
- BIRCH, K. & MYKHENKO, V. (orgs.) Introduction: A World Turned Right-Way Up In: *The Rise and Fall of Neoliberalism: The Collapse of an Economic Order?* Londres: Zed Books, 2010
- BURGIN, A. *The Great Persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.
- CAHILL, D. Ideas-Centred Explanations of the Rise of Neoliberalism: A Critique In: *Australian Journal of Political Science* 48 (1), pp.71-84, 2013.
- _____. *The End of Laissez-Faire? On the Durability of Embedded Neoliberalism*. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.
- CALLINICOS, A. *Against the Third Way*. Londres: Polity Press, 2001
- DARDOT, P. & LAVAL, C. *The New Way of the World: On Neoliberal Society*. Londres: Verso, 2013.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- _____. *The Crisis of Neoliberalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011

- FINE, B. Financialisation from a Marxist Perspective In: *International Journal of Political Economy*, no prelo, 2014
- FINE, B. & MILONAKIS, D. *From Economics Imperialism to Freakonomics: The Shifting Boundaries Between Economics and Other Social Sciences*. Londres: Routledge, 2009.
- FINE, B. & SAAD Filho, A. Politics of Neoliberal Development: Washington Consensus and post-Washington Consensus In: WEBER, H. (org.) *Politics of Neoliberalism*. Londres: Routledge, 2014.
- FINE, B., LAPAVITSAS, C. & PINCUS, J. (orgs.) *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the post-Washington Consensus*. Londres: Routledge, 2001.
- GOWAN P. *The Global Gamble: America's Faustian Bid for World Dominance*. Londres: Verso, 1999.
- HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KIELY, R. *The Clash of Globalisations: Neo-Liberalism, the Third Way and Anti-Globalisation*. Leiden: Brill, 2005.
- KOTZ, D. *The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.
- KRIPPNER, G. *Capitalizing on Crisis: The Political Origins of the Rise of Finance*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- MCNALLY, D. *Global Slump: The Economics and Politics of Crisis and Resistance*. Oakland: PM Press, 2014.
- MILLS, C. W. *The Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press, 1959.
- MILONAKIS, D. & FINE, B. *From Political Economy to Economics: Method, the Social and the Historical in the Evolution of Economic Theory*. Londres: Routledge, 2009.
- MIROWSKI, P. Postface: Defining Neoliberalism In: In: MIROWSKI, P. & PLEHWE, D. (orgs.) *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- MIROWSKI, P. & PLEHWE, D. (orgs.) *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.
- MONTGOMERIE, J. The Pursuit of (Past) Happiness? Middle-class Indebtedness and American Financialisation In: *New Political Economy*, 14 (1), pp.1-24, 2009.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Londres: Verso, 2012.
- PANITCH, L. & KONINGS, M. (eds.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. Londres: Palgrave, 2008..
- RUDE, C. The Role of Financial Discipline in Imperial Strategy In: PANITCH, L. & LEYS, C. (orgs.). *Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 2005.

SAAD Filho, A. (Marxian and Keynesian Critiques of Neoliberalism' In: PANITCH, L. , LEYS, C. , ALBO, G. & CHIBBER, V. (orgs.) *Socialist Register*, Londres: Merlin Press, 2008.

_____. 'Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism?' In: PANITCH, L., ALBO, G. & CHIBBER, V. (orgs.) *Socialist Register*. Londres: Merlin Press, 2011.

_____. 'Neoliberalism' In: BRENNAN, D. , KRISTJANSON-GURALD., MULDER, C. & OLSEN, E. (orgs.) *Handbook of Marxian Economics*. London: Routledge, 2015.

SAAD Filho, A. & JOHNSTON, D. Introduction, In: *Neoliberalism: A Critical Reader*. Londres: Pluto Press, 2005.

Stedman Jones, D. (2012) *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press.

Recebido em 30 de março de 2015

Aprovado em 25 de abril de 2015